

MUNICÍPIO DE NOVA CLÁUDIA
ESTADO DE MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento essencial para o planejamento e a gestão fiscal dos municípios, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Ela define as metas e prioridades da administração municipal para o próximo exercício financeiro, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). A LDO estabelece as diretrizes para a execução do orçamento, visando garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a transparência nas ações governamentais.

Entre suas principais atribuições estão a fixação de normas para a realização de despesas, a previsão de receitas e a limitação de empenho, além de tratar da política de pessoal e encargos sociais do município. A LDO também aborda as alterações na legislação tributária local e estabelece critérios para o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas municipais.

A LDO está intimamente relacionada com o Plano Plurianual (PPA), que é um planejamento de médio prazo elaborado para um período de quatro anos. O PPA estabelece os programas, objetivos e metas da administração pública para o período, enquanto a LDO detalha e prioriza essas metas anualmente, ajustando-as conforme as necessidades e a realidade fiscal do município. Dessa forma, a LDO assegura que a execução orçamentária anual esteja alinhada com os objetivos estratégicos de longo prazo definidos no PPA.

A LDO é fundamental para assegurar uma gestão fiscal responsável e o equilíbrio das contas públicas municipais, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento sustentável do município.

ANEXO DE METAS FISCAIS

O Anexo de Metas e Riscos Fiscais é um componente obrigatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O Anexo de Metas Fiscais é um dos componentes fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Brasil. Sua finalidade principal é assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal do governo. Ele contém as metas fiscais e prioridades do governo para um determinado período, geralmente um exercício financeiro, e inclui informações detalhadas sobre:

- **Metas de Resultado Primário e Nominal:** Estabelece as metas de superávit ou déficit primário e nominal para os próximos três anos.
- **Avaliação do Cumprimento das Metas do Ano Anterior:** Analisa se as metas fiscais do ano anterior foram cumpridas e explica as razões para eventuais desvios.
- **Evolução do Patrimônio Líquido:** Apresenta a projeção do patrimônio líquido para o período.

P.M.C.	
Fis:	25
Rub:	2



- **Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado:** Mostra a margem de expansão das despesas obrigatórias, considerando as limitações impostas pela LRF.
- **Projeções para as Principais Variáveis Econômicas:** Inclui estimativas para o crescimento do PIB, taxa de inflação, taxa de câmbio, taxa de juros, entre outras.

Esses elementos têm como objetivo garantir a consistência das políticas fiscais, promover a disciplina na execução do orçamento e fornece uma base para o controle social e parlamentar sobre a gestão fiscal do governo.

Meta de Resultado Primário

A meta de resultado primário é a diferença entre a expectativa das receitas primárias (receitas totais menos receitas financeiras, como receitas de juros) e as despesas primárias (despesas totais menos despesas financeiras, como pagamento de juros da dívida).

Esta meta tem por objetivo medir a capacidade do governo de gerar recursos suficientes para pagar suas despesas correntes, excluindo os custos com juros da dívida pública.

Um superávit primário (receitas primárias maiores que despesas primárias) indica que o governo está gerando recursos suficientes para pagar suas despesas correntes e ainda tem uma sobra para pagar parte da dívida pública, o que contribui para a redução do estoque da dívida ao longo do tempo. Já um déficit primário (despesas primárias maiores que receitas primárias) indica que o governo precisa se endividar ainda mais para cobrir suas despesas, o que pode aumentar a dívida pública.

Meta de Resultado Nominal

A meta de resultado nominal é a diferença entre as receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e as despesas totais (inclusive despesas com juros).

Esta meta tem por objetivo medir o impacto total das operações fiscais do governo sobre a dívida pública, refletindo a necessidade líquida de financiamento do governo.

O resultado nominal é importante porque mostra a necessidade de financiamento total do governo. Um superávit nominal (receitas totais maiores que despesas totais, incluindo juros) indica que o governo está reduzindo sua dívida líquida. Um déficit nominal (despesas totais maiores que receitas totais, incluindo juros) indica que o governo está aumentando sua dívida líquida.

Relacionamento entre a meta de Resultado Primário e Nominal

O resultado primário e o resultado nominal estão interligados. Enquanto o resultado primário foca na sustentabilidade fiscal excluindo os juros da dívida, o resultado nominal fornece uma visão mais abrangente do impacto fiscal, incluindo os custos financeiros da dívida.

A gestão eficaz das contas públicas exige atenção a ambos os indicadores. Um superávit primário pode ser insuficiente se os custos com juros forem muito altos, resultando ainda em um déficit nominal significativo. Portanto, estratégias fiscais devem considerar a dinâmica entre receitas, despesas primárias e os encargos da dívida pública para alcançar a sustentabilidade fiscal de longo prazo.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O Anexo de Riscos Fiscais é uma parte importante da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Brasil, e seu objetivo é fornecer uma avaliação detalhada dos riscos que podem impactar as finanças públicas. Esse anexo é essencial para garantir a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal. Aqui estão os principais objetivos do Anexo de Riscos Fiscais:

- **Identificar Riscos:** Analisar potenciais riscos que podem impactar as finanças públicas.
- **Avaliar Impactos:** Mostrar como esses riscos podem afetar o orçamento e as metas fiscais.
- **Planejar Mitigações:** Detalhar as medidas para reduzir ou enfrentar esses riscos.
- **Garantir Transparência:** Informar o público e o Legislativo sobre possíveis desafios financeiros.

O Anexo de Riscos Fiscais é, portanto, uma ferramenta crucial para a gestão fiscal prudente, proporcionando uma visão abrangente dos desafios potenciais e das estratégias para lidar com eles.

CENÁRIO ECONÔMICO

O estabelecimento das metas e prioridades da LDO, bem como as metas e riscos fiscais foram estabelecidas observando os seguintes indicadores econômicos e suas respectivas projeções:

Variáveis	Executado		Metas			
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
PIB Brasil a Preços Correntes (R\$ bilhões)	10.868	11.810	12.795	13.804	14.907	16.102
PIB Mato Grosso Variação Real (% a. a.)	6,50%	-3,44	4,1	3,8	3,5	3,5
Câmbio (R\$/US\$ - final do ano)	4,9	6,1	5,32	5,04	4,85	4,71
Inflação Média (% anual) - IPCA	4,62%	4,83%	4,56%	4,49%	4,41%	4,34%
Índice para Deflação				1,0449	1,0910	1,1383
Receita Corrente Líquida - RCL - Município - R\$ 1,00	79.062.811	86.553.835	87.704.421	101.364.739	107.789.140	114.614.030
PIB Mato Grosso a Preços Correntes (R\$ milhões)	285.081	267.809	290.656	311.811	336.175	36.417

Além destes indicadores, são levadas em consideração também a economia regional, principalmente observando os critérios de estabelecimento de metas do governo do Estado, através da LDO Estadual, bem como os aspectos que envolvem o cenário econômico do município.

PROJEÇÃO DE RECEITAS

Para a demonstração das metas de receita em relação a exercícios anteriores, utilizamos:

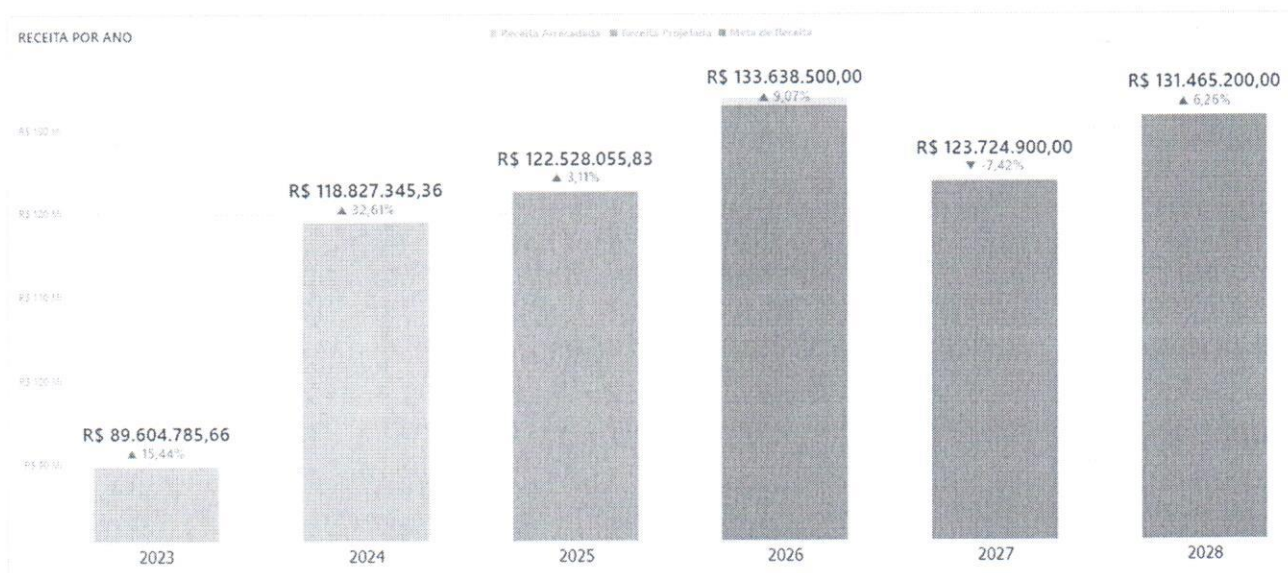
- Receita Arrecadada nos últimos 2 exercícios.
- Receita Projetada (acompanhamento mensal de arrecadação bem como projeção para os próximos meses) da receita do exercício corrente.
- Metas de Receita para os próximos 3 exercícios.

Além do cenário econômico exposto, foram considerados os esforços do município na modernização da cobrança e fiscalização dos tributos, combate à inadimplência bem como a captação de recursos junto ao governo Estadual e Federal.

A Receita Total passou de R\$ 89,60 mi em 2023 para R\$ 118,82 mi em 2024, crescimento expressivo de +32,6%, refletindo tanto a evolução das transferências quanto o desempenho de tributos locais. Para 2025, a projeção indica R\$ 122,52 mi, uma alta mais moderada de +3,5%.

A meta de 2026 é de R\$ 133,63 mi, o que representa aumento de +9,1% em relação à projeção de 2025 +R\$ 10,15 mi. Já em 2027 observa-se retração para R\$ 123,72 mi -7,4%, seguida de nova recuperação em 2028, chegando a R\$ 131,46 mi.

Esse comportamento demonstra uma expectativa de estabilização da arrecadação, após forte expansão inicial, com tendência de crescimento médio de +4,7% ao ano no período.



Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Essa origem arrecadou R\$ 12,58 mi em 2023, subindo levemente para R\$ 12,75 mi em 2024 +0,8%. Para 2025, projeta-se expressivo avanço para R\$ 19,02 mi +49,3%, puxado principalmente pelo ISSQN e IPTU.

A meta de 2026 prevê R\$ 14,00 mi, o que significa redução de -26,4% em relação à projeção de 2025, sinalizando ajuste conservador. Para 2027 e 2028, as metas retomam o crescimento, alcançando R\$ 14,84 mi e R\$ 15,73 mi, respectivamente.



Ano	Receita	Variação %	Variação \$
2023	R\$ 12.577.676,26	▲ 4,17%	R\$ 503.276,31
2024	R\$ 12.746.536,38	▲ 1,34%	R\$ 168.860,12
2025	R\$ 19.026.833,47	▲ 49,27%	R\$ 6.260.297,09
2026	R\$ 13.998.400,00	▼ -26,43%	R\$ -5.028.433,47
2027	R\$ 14.838.200,00	▲ 6,00%	R\$ 839.800,00
2028	R\$ 15.728.500,00	▲ 6,00%	R\$ 890.300,00

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

Telefone: (66) 3546-3101

E-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

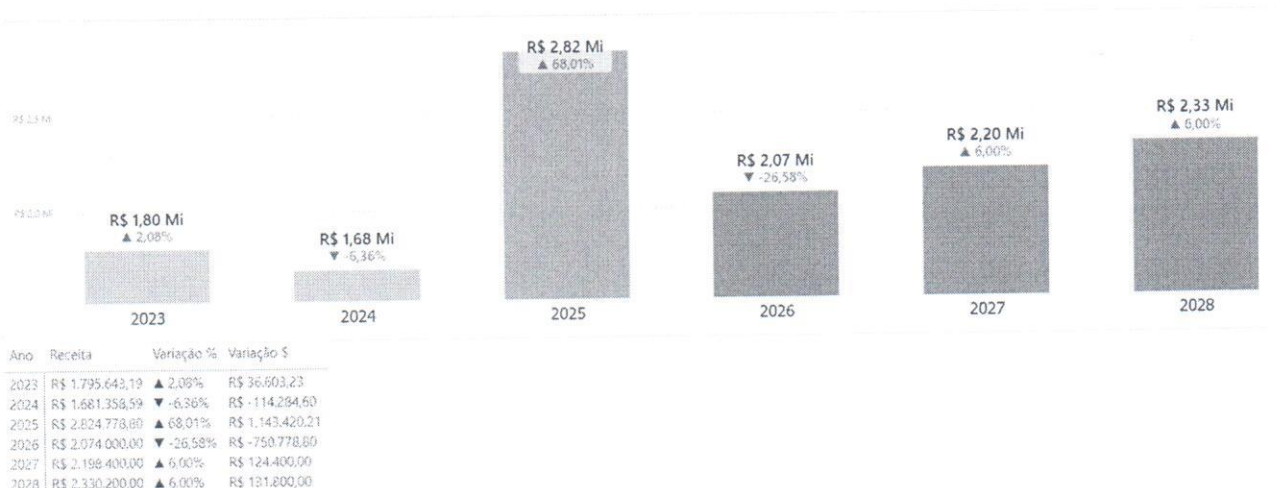
Endereço: Avenida Gaspar Dutra, s/nº – Cláudia/MT, CEP 78540-000





O IPTU foi de R\$ 1,80 mi em 2023 para R\$ 1,68 mi em 2024 -6,7%. A projeção de 2025 indica forte alta para R\$ 2,82 mi +68,1%. A meta de 2026 reduz para R\$ 2,07 mi -26,7%, mas volta a subir em 2027 R\$ 2,20 mi e 2028 R\$ 2,33 mi.

Esse comportamento mostra oscilações, mas com tendência de recuperação gradual, acompanhando o crescimento urbano e as atualizações cadastrais.

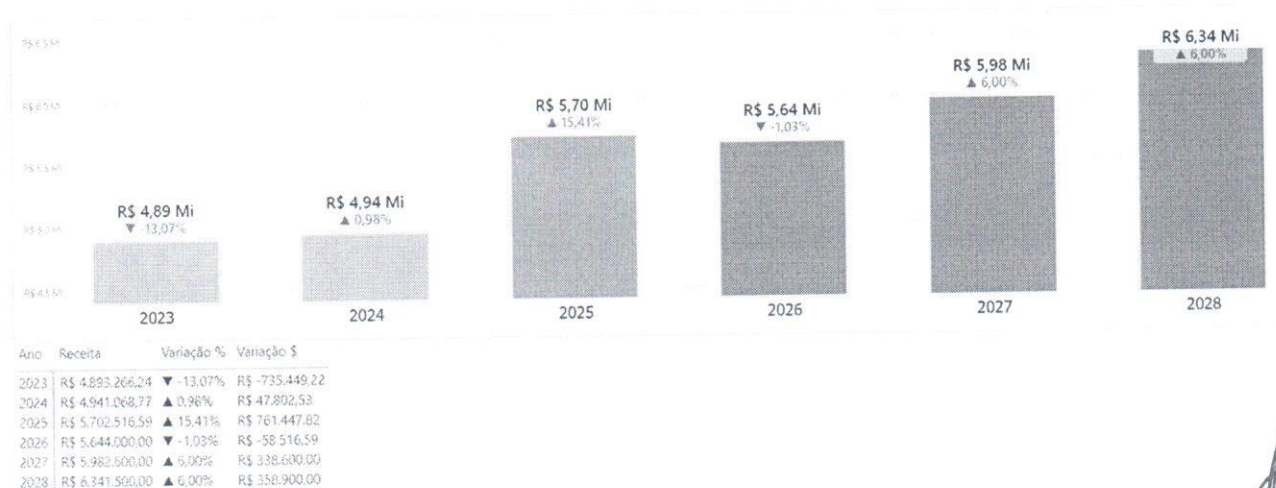


ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

O ISSQN registrou R\$ 4,89 mi em 2023, passando para R\$ 4,94 mi em 2024 +1,1% e R\$ 5,70 mi em 2025 +15,4%.

Para 2026, a meta é R\$ 5,64 mi queda de -1,3% frente a 2025, seguida de retomada em 2027 R\$ 5,98 mi e 2028 R\$ 6,34 mi.

Esse tributo reflete diretamente a atividade de prestação de serviços no município, que mantém trajetória positiva, ainda que com ajustes de projeção.



IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

Fis: 29 P.M.C.
 RUD: 29

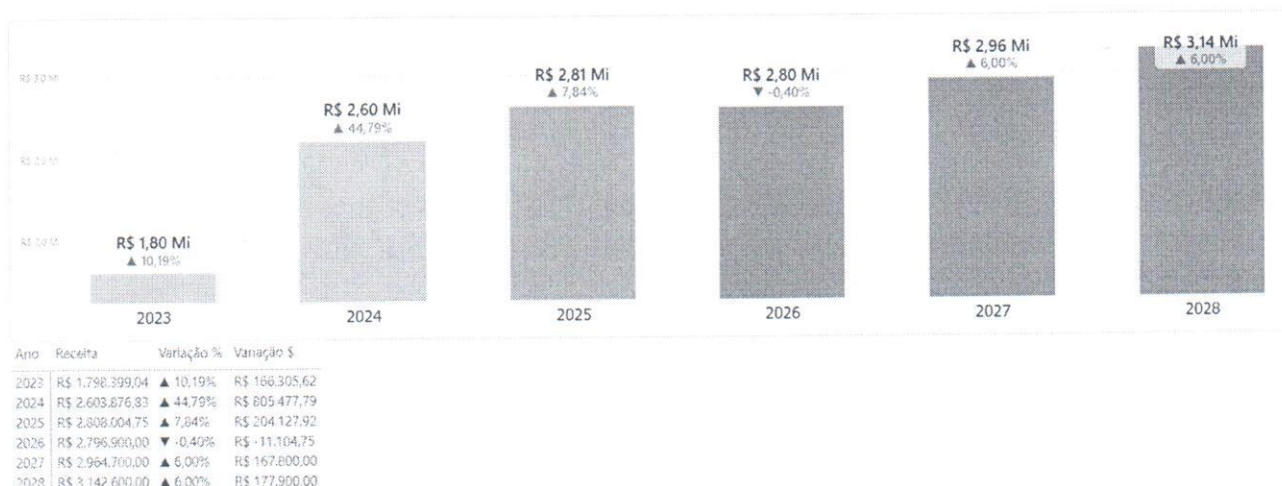
Telefone: (66) 3546-3101

E-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

Endereço: Avenida Gaspar Dutra, s/nº – Cláudia/MT, CEP 78540-000

A arrecadação somada de IRRF foi de R\$ 1,80 mi em 2023, subindo para R\$ 2,60 mi em 2024 +44,7% e R\$ 2,81 mi em 2025 +7,8%.

A meta de 2026 indica recuo para R\$ 2,80 mi -0,9%, com recuperação em 2027 R\$ 2,96 mi e 2028 R\$ 3,14 mi. Esse comportamento acompanha a evolução da folha de pagamento dos servidores e contratações no setor público.



ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

O ITBI apresentou R\$ 2,42 mi em 2023, mas caiu para R\$ 1,43 mi em 2024, retração de -41,2%, reflexo da menor movimentação no mercado imobiliário local. Para 2025, a projeção indica forte recuperação, alcançando R\$ 4,57 mi +220,4% em relação a 2024, sinalizando expectativa de maior volume de transações de compra e venda de imóveis.

Entretanto, a meta de 2026 é bem mais conservadora, fixada em R\$ 1,50 mi, o que representa queda expressiva de -67,1% frente à projeção de 2025. Nos anos seguintes, as metas mantêm crescimento moderado, atingindo R\$ 1,59 mi em 2027 e R\$ 1,69 mi em 2028.



Taxas

Fls: 30 P.M.C.
Rub: 2





As receitas de Taxas somaram R\$ 1,17 mi em 2023, crescendo levemente para R\$ 1,26 mi em 2024 +7,9%. Em 2025, a projeção aponta incremento mais expressivo, chegando a R\$ 1,96 mi +55,4%, impulsionado principalmente pelas taxas de prestação de serviços e de fiscalização.

Para 2026, a meta recua para R\$ 1,23 mi, uma redução de -37,2% em relação à projeção do ano anterior. Já em 2027 e 2028, a arrecadação volta a apresentar crescimento gradual, atingindo R\$ 1,31 mi e R\$ 1,38 mi, respectivamente, com alta média anual de aproximadamente +3,0%.



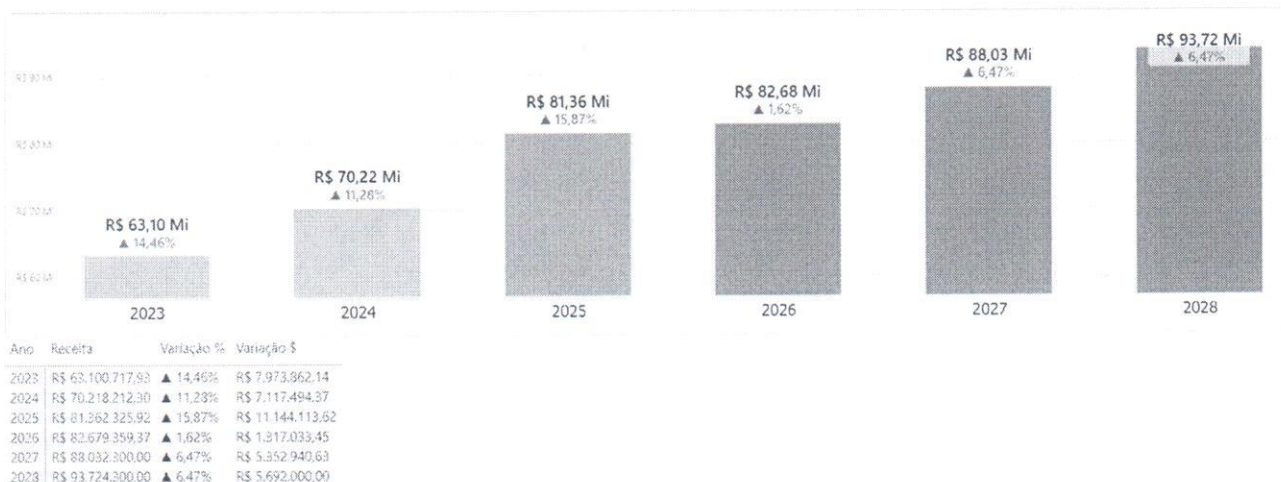
Transferências Correntes

As Transferências Correntes representam a principal fonte de receita do município, sustentando a maior parte das despesas de custeio e manutenção dos serviços públicos. Em 2023, registraram R\$ 63,10 mi, avançando para R\$ 70,22 mi em 2024 +11,3%. Para 2025, a projeção indica crescimento mais expressivo, alcançando R\$ 81,36 mi +15,9%.

A meta de 2026 é de R\$ 82,68 mi, o que corresponde a um aumento de +1,6% em relação à projeção do ano anterior +R\$ 1,32 mi. Essa estimativa mais moderada reflete uma postura conservadora, uma vez que a arrecadação depende de repasses estaduais e federais, como FPM, ICMS, IPVA e FUNDEB, que estão sujeitos às oscilações da economia nacional e dos critérios de rateio.

Nos anos seguintes, a tendência é de crescimento constante R\$ 88,03 mi em 2027 +6,5% e R\$ 93,72 mi em 2028 +6,5%, consolidando a relevância dessas transferências no equilíbrio das contas municipais.

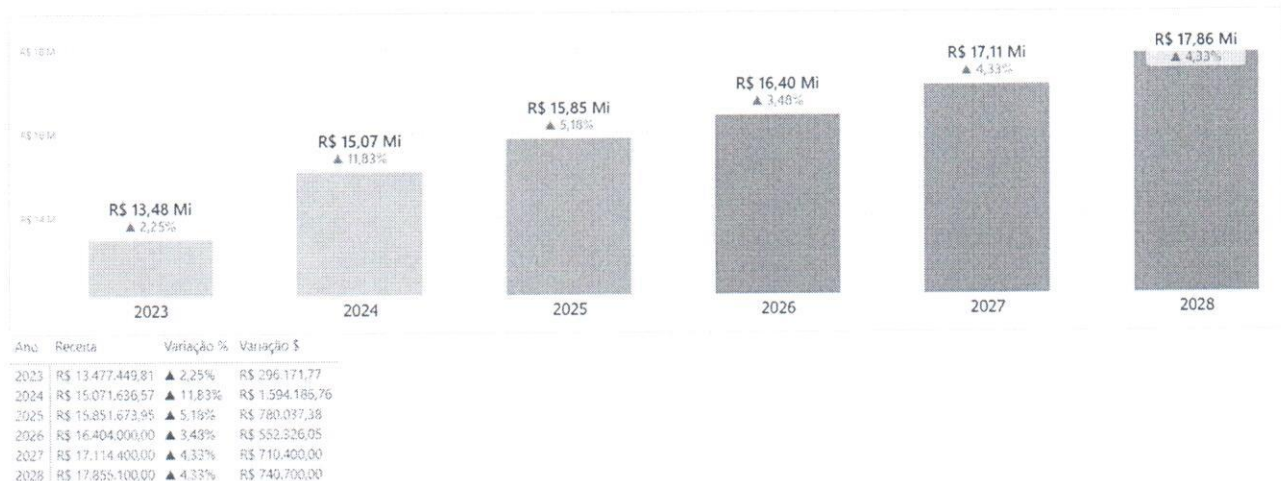
Fls: **31**
Rub: **20**
B.M.C.



Cota Parte FPM – Fundo de Participação dos Municípios

O Fundo de Participação dos Municípios teve resultado de R\$ 13,48 mi em 2023, passando para R\$ 15,07 mi em 2024, um crescimento de +11,8%. Para 2025, a projeção é de R\$ 15,85 mi, mantendo alta, embora em ritmo mais moderado +5,5%.

A meta de 2026 está fixada em R\$ 16,40 mi, o que representa um incremento de +3,5% sobre a projeção de 2025 +R\$ 0,55 mi. Para os anos seguintes, as metas continuam ascendentes R\$ 17,11 mi em 2027 +4,3% e R\$ 17,86 mi em 2028 +4,4%.



Cota Parte ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O ICMS foi responsável por R\$ 21,89 mi em 2023, avançando para R\$ 26,15 mi em 2024, crescimento expressivo de +19,5%, reflexo da maior movimentação econômica e da base de consumo estadual. Para 2025, a projeção indica nova elevação, chegando a R\$ 31,37 mi +19,9%.

A meta de 2026 é de R\$ 33,53 mi, representando alta de +6,9% em relação a 2025 +R\$ 2,16 mi. Para os anos seguintes, as metas mantêm a trajetória ascendente R\$ 35,54 mi em 2027 +6,0% e R\$ 37,67 mi em 2028 +6,0%.

Fis: P.M.C.
20
Rub: 3

Telefone: (66) 3546-3101

E-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

Endereço: Avenida Gaspar Dutra, s/nº – Cláudia/MT, CEP 78540-000



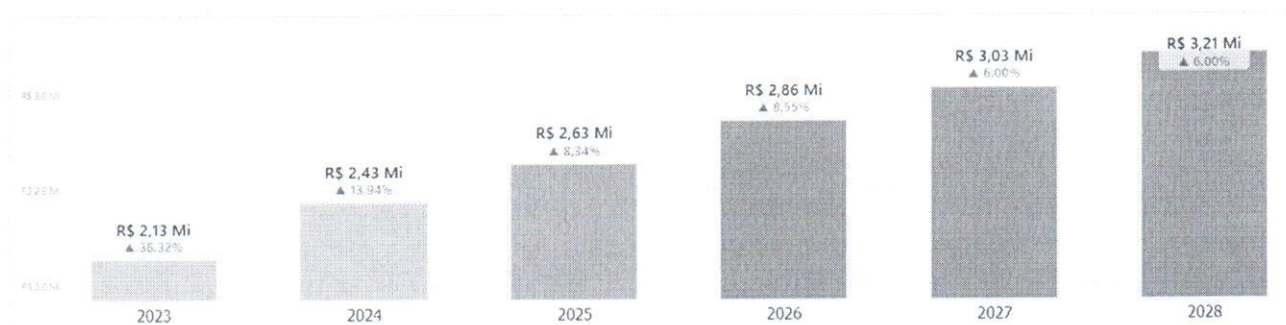
Ano	Receita	Variação %	Variação \$
2023	R\$ 21.889.232,34	▲ 27,27%	R\$ 4.689.999,00
2024	R\$ 26.152.730,93	▲ 19,48%	R\$ 4.263.498,59
2025	R\$ 31.366.043,12	▲ 19,93%	R\$ 5.213.312,19
2026	R\$ 33.529.040,00	▲ 6,90%	R\$ 2.162.996,88
2027	R\$ 35.540.800,00	▲ 6,00%	R\$ 2.011.760,00
2028	R\$ 37.673.300,00	▲ 6,00%	R\$ 2.132.500,00

Cota Parte IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos

O IPVA arrecadou R\$ 2,13 mi em 2023, avançando para R\$ 2,43 mi em 2024, crescimento de +13,9% impulsionado pela ampliação da frota e atualização da base de cálculo. Para 2025, a projeção é de R\$ 2,63 mi, com novo aumento de +8,3%.

A meta de 2026 prevê arrecadação de R\$ 2,86 mi, crescimento de +8,5% em relação a 2025 +R\$ 0,23 mi. Já para os anos seguintes, a tendência é de continuidade no crescimento R\$ 3,03 mi em 2027 +6,0% e R\$ 3,21 mi em 2028 +5,9%.

Esse comportamento demonstra que o IPVA é uma receita estável e com crescimento sustentado, acompanhando o aumento da frota municipal, a valorização dos veículos e o efeito da renovação anual da base tributária. A meta de 2026 se mostra prudente, refletindo a manutenção de um ritmo de expansão gradual.



Ano	Receita	Variação %	Variação \$
2023	R\$ 2.131.451,76	▲ 36,32%	R\$ 587.929,38
2024	R\$ 2.428.533,97	▲ 13,94%	R\$ 297.082,21
2025	R\$ 2.631.023,65	▲ 8,34%	R\$ 202.489,68
2026	R\$ 2.856.090,00	▲ 8,55%	R\$ 224.976,15
2027	R\$ 3.027.400,00	▲ 6,00%	R\$ 171.400,00
2028	R\$ 3.209.100,00	▲ 6,00%	R\$ 181.700,00

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

PM.C
 Fis: 33
 Rub: 2

O FUNDEB registrou R\$ 9,29 mi em 2023, passando para R\$ 11,81 mi em 2024, crescimento de +27,1%, reflexo do aumento das transferências vinculadas à educação. Para 2025, a projeção é de R\$ 14,40 mi, com novo avanço expressivo de +21,9%.

A meta de 2026 estabelece R\$ 16,28 mi, representando crescimento de +13,1% em relação a 2025 +R\$ 1,88 mi. Nos anos seguintes, as metas mantêm tendência de alta, chegando a R\$ 17,92 mi em 2027 +10,0% e R\$ 19,69 mi em 2028 +9,9%.

Esse comportamento demonstra a crescente participação do FUNDEB no orçamento municipal, refletindo tanto a evolução do repasse federal quanto a ampliação da rede de matrículas. A meta de 2026 evidencia continuidade no fortalecimento do financiamento da educação básica, assegurando recursos indispensáveis para manutenção e desenvolvimento do ensino.



PROJEÇÃO DE DESPESAS

Para a demonstração das metas de despesa em relação a exercícios anteriores, utilizamos:

- Despesa empenhada nos últimos 2 exercícios.
- Despesa fixada na Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício corrente.
- Metas de Despesa para os próximos 3 exercícios.

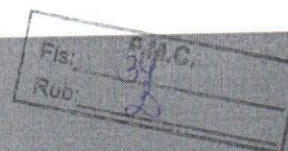
Em 2023 a despesa totalizou R\$ 88,49 mi. Em 2024 foi a R\$ 90,51 mi +R\$ 2,02 mi +2,29%. A LOA 2025 salta para R\$ 129,89 mi +R\$ 39,38 mi +43,50%, e a LDO 2026 consolida o novo patamar em R\$ 133,63 mi +R\$ 3,74 mi +2,88%. Em 2027 ocorre ajuste para R\$ 123,72 mi -R\$ 9,91 mi -7,42%, seguido de recomposição em 2028, que alcança R\$ 131,46 mi +R\$ 7,74 mi +6,26%.

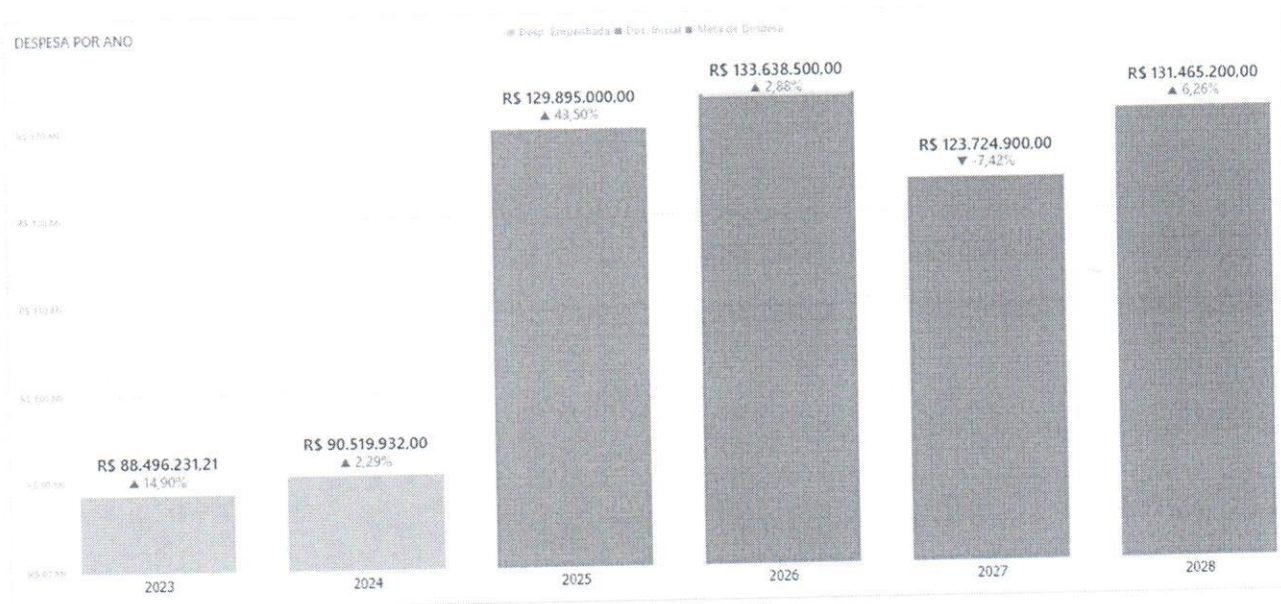
No acumulado entre 2023 e 2028, o avanço é de +R\$ 42,97 mi +48,55%, com crescimento médio anual (CAGR) de 8,24% a.a.; 2026 é o pico do período, e 2028 permanece R\$ 2,17 mi -1,63% abaixo desse pico, mas R\$ 1,57 mi +1,21% acima de 2025, sinal de estabilização em nível elevado após o ciclo de expansão de 2025-2026.

Telefone: (66) 3546-3101

E-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

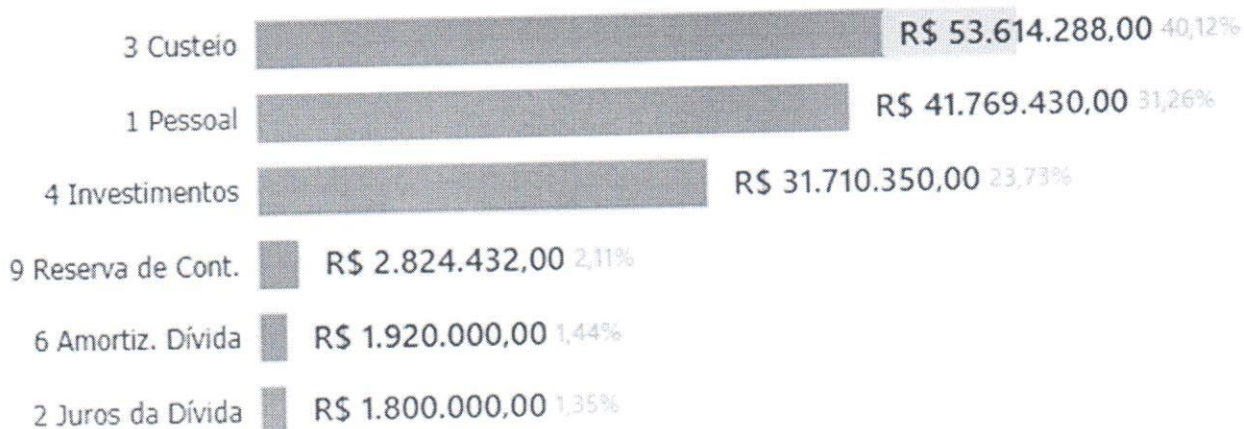
Endereço: Avenida Gaspar Dutra, s/nº - Cláudia/MT, CEP 78540-000





A distribuição da meta 2026 por Natureza de Despesas ficou conforme segue, onde verifica-se boa parte da meta destinada a Custeio e Pessoal:

DESPESA POR NATUREZA



Já a distribuição da meta por Órgão, ficou da seguinte forma:



META 2026

05 EDUCAÇÃO	R\$ 45.260.000,00	33,87%
08 OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$ 25.000.000,00	18,71%
06 SAÚDE	R\$ 21.380.000,00	16,00%
14 PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	R\$ 9.438.500,00	7,06%
04 FINANÇAS	R\$ 7.200.000,00	5,39%
03 ADMINISTRAÇÃO	R\$ 5.800.000,00	4,34%
07 ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 5.400.000,00	4,04%
01 CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 3.500.000,00	2,62%
02 GABINETE DO PREFEITO	R\$ 3.100.000,00	2,32%
13 CULTURA, TURISMO E JUVE...	R\$ 2.160.000,00	1,62%
09 DESENV. ECONÔMICO E RUR...	R\$ 2.000.000,00	1,50%
11 ESPORTE E LAZER	R\$ 1.550.000,00	1,16%
10 MEIO AMBIENTE	R\$ 1.200.000,00	0,90%
12 PLANEJAMENTO, GESTÃO E ...	R\$ 500.000,00	0,37%
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 150.000,00	0,11%

Os órgãos com maiores volumes de despesa ao longo dos anos são:

- Educação segue líder, mas encolhe de R\$ 50,96 mi (39,23%) na LOA 2025 para R\$ 45,26 mi (33,87%) na LDO 2026.
- Obras e Serviços Públicos mantém posição: R\$ 26,01 mi (20,02%) → R\$ 25,00 mi (18,71%).
- Saúde ganha espaço: R\$ 19,39 mi (14,93%) → R\$ 21,38 mi (15,99%).
- Previdência Municipal entra no Top 4: R\$ 9,44 mi (7,06%) em 2026, deslocando Finanças para a 5ª posição.

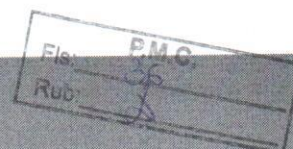
Em 2026, o orçamento preserva a liderança da Educação, mas rebalancia a composição: Saúde e Previdência avançam e Obras acomoda. Esse arranjo indica priorização de serviços continuados (Saúde, Previdência) e moderação em áreas de maior volatilidade (Obras), com dispersão um pouco maior do gasto entre órgãos.

Pessoal e Encargos Sociais

Telefone: (66) 3546-3101

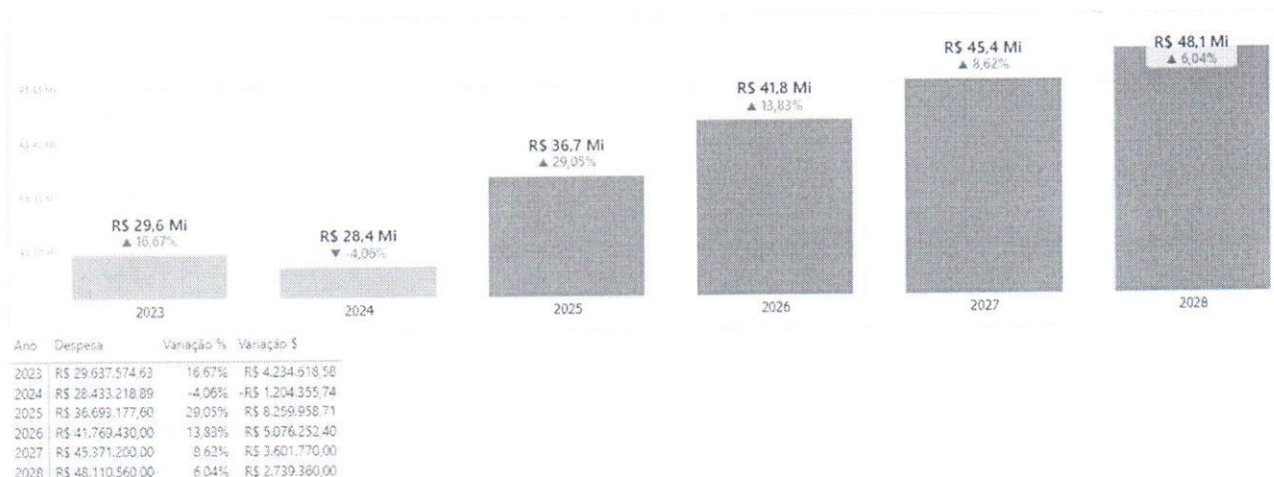
E-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

Endereço: Avenida Gaspar Dutra, s/nº – Cláudia/MT, CEP 78540-000



A despesa de pessoal e sua evolução histórica R\$ 29,64 mi (2023) → R\$ 28,43 mi (2024) → R\$ 36,69 mi (LOA 2025) → R\$ 41,77 mi (LDO 2026) → R\$ 45,37 mi (2027) → R\$ 48,11 mi (2028).

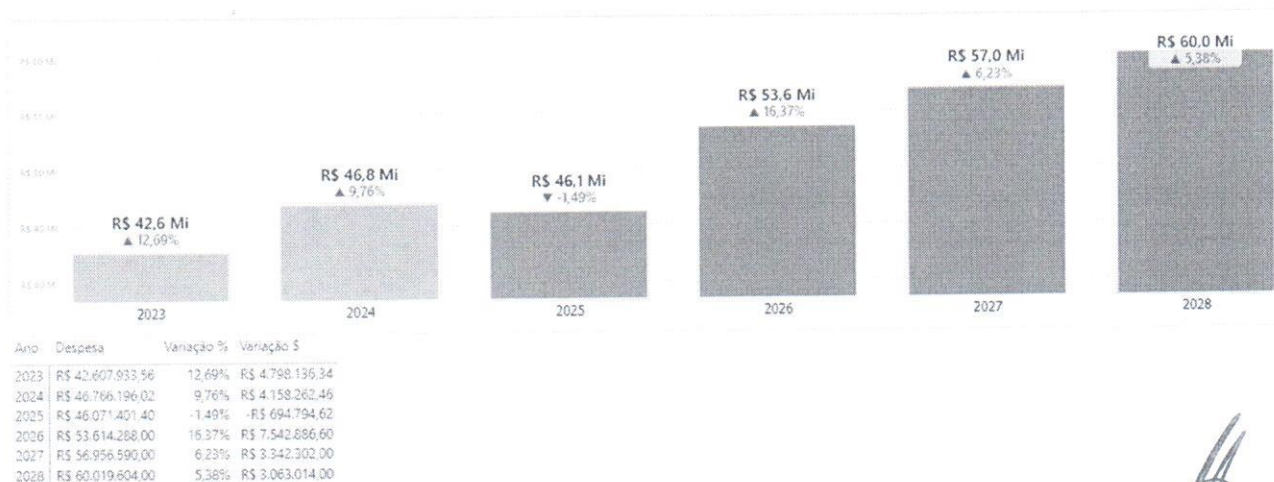
A trajetória é ascendente, com salto em 2025 e continuidade em 2026-2028. A participação no total sobe de 28,25% (2025) para 31,26% (2026), reforçando a pressão típica de reajustes, progressões e crescimento vegetativo. Em termos de planejamento, exige vigilância com limites legais e compensações no custeio e investimento.



Outras Despesas Correntes (Custeio)

O custeio em seu histórico: R\$ 42,61 mi (2023) → R\$ 46,77 mi (2024) → R\$ 46,07 mi (2025) → R\$ 53,61 mi (2026) → R\$ 56,96 mi (2027) → R\$ 60,02 mi (2028).

Após leve acomodação em 2025, a LDO 2026 projeta avanço forte (+16,38% vs 2025), elevando a participação de 35,47% para 40,12%. A leitura sugere pressões de contratos continuados (limpeza, merenda, transporte, saúde, TI, energia, combustíveis) e manutenção de serviços, com menor espaço para cortes sem afetar políticas públicas.



Investimentos

Telefone: (66) 3546-3101

E-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

Endereço: Avenida Gaspar Dutra, s/nº – Cláudia/MT, CEP 78540-000

Fis: P.M.C.
Rub: 31
X

Os investimentos apresentaram histórico: R\$ 13 mi (2023) → R\$ 12 mi (2024) → R\$ 42 mi (2025) → R\$ 32 mi (2026) → R\$ 15 mi (2027) → R\$ 16 mi (2028).

O pico de 2025 é seguido por retração em 2026 (-24,22%), e forte enxugamento em 2027, com recomposição modesta em 2028. Isso reduz a capacidade de iniciar novas obras e impõe priorização das já contratadas.



PROJEÇÃO DE PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

Tendo em vista que o pagamento de restos a pagar referente a despesas primárias impacta de forma direta na avaliação da meta de resultado primário, foram estipuladas projeções de pagamentos de restos a pagar para os próximos exercícios, considerando os seguintes aspectos:

- Percentual de inscrição anual em Restos a Pagar
- Percentual de pagamentos de restos a pagar anual sobre a Inscrição
- Percentual de meta anual de despesa não executada
- Percentual de superávit financeiro anual utilizado para pagamentos

PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (EXCETO FONTE RPPS)	2023		2024		2025	2026	2027	2028
	Meta Fiscal	Pago	Meta Fiscal	Pago	Meta Fiscal	Meta Fiscal	Meta Fiscal	Meta Fiscal
DESPESAS CORRENTES (I)	600.000,00	365.966,47	820.000,00	1.350.000,81	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais			20.000,00	283.664,54				
Juros e Encargos da Dívida (II)								
Outras Despesas Correntes	600.000,00	365.966,47	800.000,00	1.066.336,27				
DESPESAS DE CAPITAL (III)	800.000,00	1.557.368,90	1.000.000,00	1.205.415,79	4.510.000,00	-	-	-
Investimentos	800.000,00	1.557.368,90	1.000.000,00	1.205.415,79	4.510.000,00			
Inversões Financeiras								
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (IV)								
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (V)								
Aquisição de Título de Crédito (VI)								
Demais Inversões Financeiras								
Amortização da Dívida (VII)								
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR TOTAL (EXCETO FONTE RPPS) (VIII = I + III)	1.400.000,00	1.923.335,37	1.820.000,00	2.555.416,60	4.510.000,00	-	-	-
PGTO RESTOS A PAGAR DESP. PRIMÁRIAS (EXC. FONTE RPPS) (IX = I - II + III - IV - V - VI - VII)	1.400.000,00	1.923.335,37	1.820.000,00	2.555.416,60	4.510.000,00	-	-	-

PROJEÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL

Para a projeção da Dívida Consolidada Líquida – DCL, foram considerados os seguintes aspectos:

- Projeção de Superávit Financeiro
- Projeção de Inscrição de Restos a Pagar e Restos a Pagar Processados



Fls: BMC
23
Rub: 2

Telefone: (66) 3546-3101

E-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

Endereço: Avenida Gaspar Dutra, s/nº – Cláudia/MT, CEP 78540-000



ESPECIFICAÇÃO	2023		2024		2025		2026		2027		2028	
	Meta Fiscal	Realizado	Meta Fiscal	Realizado	Meta Fiscal	Meta Fiscal	Meta Fiscal	Meta Fiscal	Meta Fiscal	Meta Fiscal	Meta Fiscal	Meta Fiscal
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) ⁽¹⁾	15.777.091,79	15.069.327,60	11.524.804,23	14.055.639,70	11.524.804,23	11.570.156,33	9.632.931,87	7.686.761,62				
DEDUÇÕES (II)	9.700.000,00	8.336.399,86	11.650.000,00	20.131.667,76	4.850.000,00	14.823.000,00	15.046.000,00	15.295.000,00				
Ativo Disponível (EXCETO FONTES RPPS)	10.000.000,00	9.729.531,52	12.000.000,00	20.667.211,23	5.000.000,00	17.300.000,00	17.600.000,00	18.000.000,00				
Haveres Financeiros (EXCETO FONTES RPPS)												
(-) Restos a Pagar Processados (EXCETO FONTES RPPS)	300.000,00	1.393.131,66	350.000,00	535.543,47	150.000,00	2.477.000,00	2.554.000,00	2.705.000,00				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DCL (III) = (I - II)	6.077.091,79	6.732.927,74	125.195,77	6.076.028,06	6.674.804,23	3.252.843,67	5.413.068,13	7.608.238,38				
RESULTADO NOMINAL (EXCETO FONTES RPPS) - ABAIXO DA LINHA ⁽²⁾	- 81.825,61	- 2.079.334,56	6.202.287,56	12.808.955,80	6.800.000,00	9.927.647,90	2.160.224,46	2.195.170,25				

METAS ANUAIS

De acordo com o cenário econômico exposto, projeção de receitas e despesas e as respectivas metas fiscais, a seguir o resumo das metas estipuladas:

METAS EXCETO RPPS	2026	2027	2028
RECEITA TOTAL	124.200.000,00	113.495.900,00	120.645.200,00
DESPESA TOTAL	124.200.000,00	113.495.900,00	120.645.200,00
RECEITA PRIMÁRIA	121.644.200,00	110.825.200,00	117.854.400,00
DESPESA PRIMÁRIA	120.480.000,00	109.515.500,00	116.386.200,00
RESULTADO PRIMÁRIO	1.164.200,00	1.309.700,00	1.468.200,00
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC	11.570.156,33	9.632.931,87	7.686.761,62
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL	- 3.252.843,67	- 5.413.068,13	- 7.608.238,38
RESULTADO NOMINAL - ABAIXO DA LINHA	9.927.647,90	2.160.224,46	2.195.170,25

METAS RPPS	2026	2027	2028
RECEITA TOTAL	9.438.500,00	10.229.000,00	10.820.000,00
DESPESA TOTAL	9.438.500,00	10.229.000,00	10.820.000,00

A seguir, constam de forma detalhada as respectivas memórias de cálculos, demonstrativos e anexos referente a:

- Metas e Prioridades da Administração
- Metas de Resultado Primário
- Metas de Dívida Pública
- Metas de Resultado Nominal
- Riscos Fiscais